

3

As fontes arqueológicas

Uma definição da arqueologia como disciplina, se não autônoma, certamente específica, foi precisada nos últimos anos também graças ao interesse pela metodologia arqueológica estimulado, por sua vez, pela New Archaeology: no campo geral da pesquisa histórica e antropológica, o objetivo geral da arqueologia é a reconstrução das culturas e das sociedades do passado com base na análise direta dos contextos ambientais e na cultura material.

Esta definição não é, provavelmente, totalmente satisfatória, mas nos permite, assim mesmo, afirmar aqueles que atualmente podemos considerar os elementos qualificantes da disciplina.

O primeiro é que a arqueologia não é auxiliar da história, como reza entre nós uma concepção tradicional ainda fortemente arraigada, porque se ocupa de uma documentação sobre o mundo antigo, específica e distinta daquela utilizada pelos historiadores, suscetível de fornecer não alguns elementos adicionais à pesquisa histórica, mas um sistema de informações diverso e completo.

Em segundo lugar, a definição não exclui abordagens mais delimitadas, como a análise histórico-artística ou a pesquisa antiquária, mas revela o fato de que esses e outros tipos de pesquisa arqueológica estão muito longe de exaurir a metodologia e os campos de aplicação da disciplina.

Por fim, a definição esclarece que o objeto específico da pesquisa arqueológica não se limita aos artefatos (objetos móveis e estruturas) e aos restos biológicos humanos, animais e vegetais identificáveis como parte de um contexto cultural, mas se estende a todos os elementos do ambiente natural e antrópico do mesmo contexto, que constituem parte integrante dele.

A noção de fonte arqueológica é, portanto, muito mais ampla do que estamos habituados a considerá-la, e inclui no mesmo título um vaso, um esqueleto, um local habitado com a sua morfologia natural e as suas estruturas, uma região com o conjunto das suas características morfológicas e dos seus recursos.

A metodologia de uso das fontes arqueológicas de idade proto-histórica não é significativamente diversa com relação àquela que é necessário adotar para a pré-história recente e para grande parte da idade histórica.

Antes de analisar em detalhe os aspectos operativos do uso dos diversos tipos de fontes, é necessário definir de modo inequívoco a natureza da documentação arqueológica, e em seguida o objeto específico da análise. Esta seção introdutória se refere em particular à cultura material, isto é, àquela parte das fontes arqueológicas que na nossa tradição de estudos constitui o principal objeto de análise e de pesquisa, mas as suas implicações dizem respeito a todos os aspectos da documentação.

3.1

Natureza das fontes arqueológicas

Os restos materiais das culturas do passado frequentemente chegam até nós, e assim sobrevivem, tornando-se acessíveis à pesquisa arqueológica, graças a dois tipos principais de processos: a formação de depósitos e a incorporação de elementos antigos em estruturas que

continuam no tempo. Em outros termos, eles fazem sistematicamente parte de conjuntos físicos multi-fase (isto é, caracterizados de modo específico pela dimensão diacrônica¹), que podemos indicar respectivamente como *estratificação* (no caso dos depósitos) e *palimpsestos*² (naquele das estruturas).

Essas condições específicas da conservação dos materiais foram colocadas em foco, sobretudo, em coligação com o desenvolvimento de uma metodologia “científica” da disciplina, através da via que, do colecionismo e da pesquisa antiquária, que concentravam a atenção sobre objetos singulares, passava à escavação sistemática e à análise por complexos estratigráficos. Contemporaneamente, os materiais vinham ordenados por tipos e por séries tipológicas regionais, e eram utilizados como base para a construção de um sistema de cronologia relativa inter-regional, completada pela primeira vez nos inícios do século XX por Oscar Montelius.

Esses importantíssimos avanços metodológicos contribuíram de maneira determinante para comprovar a idéia do caráter especificamente diacrônico da documentação arqueológica que, a partir do depósito estratificado, resultado de uma acumulação de longo período, foi transferida sem mediação ao conjunto da cultura material e aos objetos singulares. Não estão longe os tempos nos quais por escavação estratigráfica se entendia uma amostragem vertical de extensão limitada destinada a trazer à luz uma série de estratos com os respectivos materiais, cujo resultado era considerado como uma ilustração significativa e paradigmática da “sequência cultural” local.

Nos últimos decênios a abordagem do trabalho de campo mudou de modo radical, também graças à percepção sempre mais difundida do depósito arqueológico como conjunto de componentes naturais e antrópicos, cuja exploração e análise requerem uma integração de competências especializadas. A escavação extensiva, única resposta correta a um problema evidentemente muito mais complexo do que o relevo de uma seção estratigráfica, se tornou a regra; a identificação dos diversos componentes do depósito nas suas relações funcionais sincrônicas constitui o resultado científico mais relevante da pesquisa.

Essa abordagem contextual do depósito arqueológico evidenciou, pela primeira vez, o problema da natureza dos artefatos. Contrariamente ao ponto de vista arqueológico tradicional, que os considerava em primeiro lugar como indicadores de diacronia, os artefatos são, por sua própria natureza, elementos específicos de um contexto definido a partir de um ponto de vista espacial e cronológico, no interior do qual é preciso identificar e analisar o seu primeiro nível de significado; em outras palavras, eles são o resultado de processos produtivos e de condições e modalidades de utilização ligados a exigências e atividades de curto período. Essa característica da cultura material não necessita de precisões e justificativas, uma vez que diz respeito aos artefatos móveis de uso corrente, que constituem a grande massa da documentação arqueológica: vasos, utensílios, ornamentos pessoais, armas, estruturas com prevalência de materiais deterioráveis.

Algumas categorias de objetos materiais são produzidas com o intento específico de durar no tempo: edifícios em alvenaria, edifícios monumentais de caráter público ou religioso, estátuas de culto ou comemorativas, estradas e praças, pontes, poços e assim por diante; do restante, é também possível que objetos isolados ou grupos de objetos sejam conservados e utilizados por um período mais longo do que a sua probabilidade normal de duração. Num e noutro caso, todavia, a primeira tarefa do arqueólogo consiste em estabelecer a relação desses materiais com o contexto específico (em sentido amplo sincrônico) do qual fazem parte: o uso de um edifício monumental, assim como o significado e a colocação física de uma estátua ou o uso de um recipiente de cerâmica, podem variar radicalmente inclusive em um intervalo de tempo muito breve. Em muitos casos de pesquisa arqueológica de campo, o estado de conservação do depósito não permite a reconstrução do contexto

¹ *Diacrônico*: que ocorre e se desenvolve através do tempo, sucessivamente; oposto a *sincrônico*, que ocorre ao mesmo tempo, simultaneamente, que não leva em conta o processo evolutivo. [N. da T., a partir do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.]

² Papiro ou pergaminho cujo texto original foi raspado, para dar lugar a outro. [idem]

original dos materiais; mas, esta circunstância contingente que limita a nossa capacidade de identificar o significado dos materiais, não muda a sua natureza essencialmente “sincrônica” e contextual.

A definição preliminar dos materiais arqueológicos como parte integrante de um contexto requer ulteriores especificações.

Como qualquer outro objeto material contemporâneo ou do passado, um objeto arqueológico apresenta, em primeiro lugar, uma dimensão comportamental: a sua particular posição no espaço, o modo como é utilizado, são o resultado direto não de uma norma abstrata, mas do comportamento dos seres que agiam no interior do contexto.

Em segundo lugar, o objeto tem uma dimensão funcional. Este termo, que é utilizado aqui em uma acepção ampla, se refere a todos os seus possíveis aspectos funcionais, daqueles diretamente práticos (um copo serve para beber, uma panela para cozinhar) àqueles simbólicos e ideológicos (o copo decorado do qual o patriarca se serve para beber também tem a função de exprimir e reforçar o seu prestígio no interior do grupo familiar; a estatueta que representa simbolicamente o antepassado tem a função ideológica de perpetuar a linha de descendência; uma vistosa panóplia de armas para parada serve para tornar imediatamente reconhecível a qualidade de guerreiro eminente ou de chefe militar, ou o componente militar do poder do chefe político).

Em uma sociedade estratificada ou baseada em formas permanentes de desigualdade, a cultura material pode desenvolver funções ideológicas e simbólicas opostas, coligadas à dialética social: os grupos dominantes servem-se de indicadores reconhecíveis do poder político e econômico, para reforçar e confirmar o próprio predomínio; os estratos inferiores da sociedade utilizam elementos contrapostos e igualmente reconhecíveis para em torno dos quais coagular a oposição ao domínio existente e a competição pelo poder.

As dimensões comportamentais e funcionais do objeto arqueológico nos permitem identificar nele o significado, que é por definição “sincrônico” e contextual: separado do seu contexto, o objeto material é um significante do qual não é possível definir o significado.

O problema da contextualização em relação com o significado da cultura material é um aspecto crucial da metodologia arqueológica. Como se sabe, uma característica própria dos objetos materiais no interior de um quadro regional mais ou menos amplo em um intervalo de tempo determinado é um certo grau de homogeneidade formal. Tomando como exemplo uma das situações por esse ponto de vista menos complexo, como uma região italiana na primeira Idade do Ferro, podemos constatar que as várias categorias de materiais apresentam um grau notável de homogeneidade formal. A maior parte desses estará presente, de formas similares mesmo se com alguma particularidade local, sobre todo o território da região, com uma passagem mais ou menos gradual a um conjunto diverso de formas nas áreas de fronteira com as regiões adjacentes.

O levantamento de semelhanças e diferenças formais na cultura material é um dos principais instrumentos utilizados pela pesquisa arqueológica, que será examinado nas próximas páginas. No momento gostaria de limitar-me a evidenciar o fato de que frequentemente a semelhança é transferida sem mediações do plano formal àquele dos significados. Os mesmos tipos, presentes em contextos diversos, são considerados implicitamente como portadores dos mesmos significados; no caso de objetos metálicos com distribuição inter-regional, a identidade da forma é vista como um reflexo da identidade do significado, um sinal de homogeneidade cultural.

Esse assunto não expresso e simplificador não tem, na realidade, uma sólida base empírica ou teórica. A identidade formal na cultura material, que é certamente o resultado da troca e da circulação de informação em uma escala geográfica mais ou menos ampla, não implica quase nunca em uma completa homogeneidade no uso e na função dos objetos, nem no modo em como estes são

percebidos pelas comunidades individuais. No Lácio antigo, onde a característica arqueológica³ entre o fim da Idade do Bronze e a primeira Idade do Ferro é fortemente homogênea, a análise das necrópoles mostra que as mesmas formas e tipos têm especializações diversas por sexo e idade mesmo entre comunidades vizinhas e contemporâneas; isto vale também para objetos com uma forte conotação simbólica e ideológica como as urnas em forma de cabana, que, por exemplo, na necrópole de Osteria dell'Osa aparecem somente em tumbas masculinas enquanto em Roma e nos Montes Albanos estão presentes em sepulturas dos dois sexos (Bietti Sestieri, 1986).

Em outros termos, do ponto de vista da comunidade antiga, a identidade formal na cultura material, resultado da circulação intensiva de informação por toda a área associada, não constitui um vínculo absoluto no uso prático ou simbólico dos artefatos; do ponto de vista do arqueólogo, conseqüentemente, a identificação do mesmo tipo de objeto, ou de uma associação recorrente de tipos em contextos diversos, não é um atalho legítimo para o reconhecimento do seu significado contextual.

A definição básica do objeto arqueológico como indicador de comportamentos e de funções específicas não implica que ele não seja portador de outros significados que se estendem além dos limites espaciais e cronológicos do contexto isolado; ele pode assumir o valor de norma cultural (pode pertencer a um tipo reconhecível, que caracteriza uma área cultural determinada) e o de indicador cronológico (o tipo ao qual pertence pode ter uma extensão temporal definida, que nos permite utilizá-lo na construção da cronologia relativa daquela área).

A discussão precedente não nega a legitimidade desses usos extensivos do objeto arqueológico, mas ressalta um elemento metodológico essencial: o reconhecimento do seu significado contextual, que é aquele que foi indicado acima como o primeiro nível de análise, é preliminar a qualquer análise que se proponha a utilizá-lo pelo seu valor normativo. Em outros termos, não é legítimo utilizar diretamente o objeto arqueológico *como se* ele fosse em primeiro lugar um indicador de norma cultural e de cronologia.

Na análise arqueológica, a compreensão preliminar do significado contextual dos materiais é uma necessidade. Suponhamos, por exemplo, que um determinado conjunto de tipos com distribuição espacial circunscrita seja identificado como distintivo de uma fase cronológica. Somente em um segundo momento, por meio de uma análise de primeiro nível, se descobrirá que se tratava de elementos especializados, presentes exclusivamente em contextos culturais. A falsa sequência de cronologia relativa que teria sido construída inicialmente com base na sua presença ou ausência constituiria em seguida um sério obstáculo à compreensão não só do seu significado cultural específico, como também da sua real posição cronológica e, portanto, do conjunto da cronologia relativa do complexo. Problemas desse tipo são muito frequentes nas reconstruções arqueológicas de todos os períodos e regularmente se revelam quando se passa da tradicional abordagem diacrônica para a análise contextual “sincrônica”.

Da definição da natureza específica dos dados arqueológicos deriva uma consequência metodológica incômoda, mas inevitável: como muitos outros tipos de pesquisa científica, a arqueologia requer uma abordagem de projeto abrangente, na qual a análise por contextos não constitui uma das possibilidades, mas uma passagem obrigatória.

O trabalho de classificação das categorias particulares de materiais fora do contexto ou separados do contexto, que em muitos casos é utilizado como instrumento chave da análise arqueológica, se baseia no levantamento dos seus aspectos formais, dos quais revela essencialmente as regularidades e a distribuição espaço-temporal. Desse trabalho pode derivar a construção de uma rede cronológica, que constitui um quadro útil, uma hipótese de partida sobre a posição temporal do

³ No original, *facies archeologica*. No latim, *facies*, -ie significa “forma exterior, aspecto, aparência, imagem; face, fisionomia, semblante”, entre outros. Aqui, aparece com o sentido de um conjunto de características semelhantes entre os artefatos ou, mais precisamente, uma semelhança formal geral. [N. da T.]

problema a ser analisado, que é mais ou menos esperado e é de qualquer modo verificável por meio da análise dos complexos locais e das datações absolutas. Todavia, essa construção não tem muita relação com a compreensão das estruturas “sincrônicas” e dos processos históricos da sociedade que gerou a documentação arqueológica porque, como se viu, o significado da cultura material é um dado relativo, identificável exclusivamente com base na análise do contexto. O fato de que um jarro ou um punhal formalmente similares sejam encontrados em dois contextos diversos nos diz que os dois contextos podem ser vizinhos no tempo, mas não é uma indicação de analogia ou de identidade cultural e, nem mesmo, simplesmente funcional.

3.2

Tratamento dos contextos

O propósito desta seção não é uma ilustração geral da metodologia de pesquisa arqueológica, seja porque não existe uma metodologia específica para a proto-história, seja porque atualmente estão disponíveis numerosos manuais que tratam esse assunto de modo exaustivo e atual. Ao contrário, procurarei evidenciar alguns aspectos essenciais da reconstrução das culturas e das sociedades proto-históricas, unindo a estratégia de pesquisa (que inclui os modelos já ilustrados anteriormente) com as técnicas disponíveis, para cada um dos diversos níveis de contextualização que é possível definir (da escala inter-regional ou regional ao distrito, ao sítio, à estrutura isolada, com as respectivas associações de artefatos móveis).

O texto está organizado segundo a sequência lógica que vai do nível de contextualização mais geral àquele mais específico. O princípio que está por trás dessa escolha não pretende estabelecer uma verdadeira e própria sequência de operações, uma vez que, como bem se sabe, a pesquisa arqueológica procede por aproximações sucessivas, que levam à melhor definição dos objetivos através do uso e da verificação cruzada de todos os níveis de informações disponíveis. Para dar um exemplo prático, na estratégia de uma pesquisa de escala regional o conhecimento das características arqueológicas locais é um dos elementos essenciais para a escolha das dimensões da área a ser explorada, assim como a pesquisa de campo é um instrumento para definir a área de distribuição das características arqueológicas.

O princípio básico não é nem mesmo de tipo holístico,⁴ ao menos não no sentido de que toda pesquisa deve analisar todos os diversos possíveis níveis de contextualização; mas tende, de qualquer modo, a enfatizar e a sublinhar o fato de que a pesquisa de um sítio isolado não pode permanecer pontual, mas deve ser colocada sobre um fundo regional ou de território delimitado que tente aproximar-se da dimensão efetiva da entidade territorial, cultural e política à qual o sítio pertence. Vice-versa, uma análise regional deve ser substantiada por pesquisas intensivas em sítios isolados, com base nas quais será possível propor ao menos um modelo não genérico do desenvolvimento sócio-político das comunidades locais.

A ampliação do quadro de referência arqueológico e geográfico-ambiental das pesquisas isoladas de proto-história, e os custos do trabalho de campo e de laboratório em termos de tempo, energia e meios financeiros, implicam a necessidade de utilizar sistematicamente os resultados de pesquisas precedentes, integrando-os no quadro de conjunto no nível regional ou local. Na economia da pesquisa, essa utilização não tem mais um caráter ocasional, mas torna-se parte da estratégia global e, portanto, como os outros aspectos relativos às operações, por assim dizer de primeira mão, da metodologia do trabalho arqueológico.

⁴ *Holístico*: que busca um entendimento integral dos fenômenos, em oposição ao procedimento analítico em que seus componentes são tomados isoladamente. [N. da T., conforme *Dicionário Houaiss*]

À parte a integração dos dados arqueológicos com os histórico-literários, os aspectos essenciais da metodologia de pesquisa mais estritamente arqueológica podem, desse modo, ser divididos em três áreas principais:

- a) o levantamento das pesquisas precedentes;
- b) o trabalho de campo (em todas as suas possíveis articulações);
- c) o trabalho de classificação e análise das diversas categorias de dados.

3.3

As fontes arqueológicas: o levantamento das pesquisas precedentes e da documentação geográfica, naturalista e ambiental existente

No nosso país [Itália], a densidade geral das presenças arqueológicas e a frequente continuidade de ocupação em idade histórica determinaram em todos os períodos numerosas descobertas casuais de assentamentos e materiais; nas últimas décadas, as intervenções sempre mais extensas de transformação do território multiplicaram as descobertas casuais, quase sempre seguidas pela destruição do assentamento e da perda completa, se não dos materiais, certamente de todos os elementos relativos ao contexto. Contemporaneamente, aumentaram em medida muito consistente as pesquisas mais ou menos sistemáticas, sobretudo escavações de recuperação e de salvamento.

Concentrando assim, no momento, a atenção sobre essa parte mais estritamente arqueológica da documentação, encontramos-nos diante de uma situação na qual a uma quantidade quase sempre notável de materiais arqueológicos corresponde um número relativamente limitado de contextos (isto é, de depósitos arqueológicos escavados regularmente) e um número limitadíssimo de trabalhos de escavação de complexos isolados ou de levantamento de superfície⁵ que, pela extensão e presença de contribuições especializadas, podem constituir um ponto de partida significativo para novas pesquisas.

Essa situação torna-se ainda mais difícil pelo fato de que muitas pesquisas de extensão suficiente e de bom nível qualitativo são ainda (ou definitivamente) inéditas.

O conhecimento que é possível extrair a partir dessa massa realmente muito consistente de dados tem, portanto, essencialmente, dois pontos fracos: é unilateral, porque é focalizado principalmente em artefatos ou em estruturas isoladas trazidas à luz em sítios arqueológicos, e é fragmentário: as numerosas escavações de emergência em sítios pré-históricos e proto-históricos, mesmo que quase sempre de boa qualidade técnica, são frequentemente de extensão limitada, e só em pouquíssimos casos são seguidas por um número de campanhas suficiente para fornecer uma amostragem representativa do sítio. O reconhecimento dessas intervenções é difícil, mas não impossível, especialmente quando muitas superintendências publicam relatórios anuais da atividade de pesquisa que desenvolvem nos respectivos territórios. Todavia, a escassa extensão das áreas de escavação e o caráter quase sempre preliminar das publicações permitem uma utilização desses dados, sobretudo como elementos de cronologia relativa arqueológica, de definição de características locais e de localização das presenças para os vários períodos.

Os materiais sem contexto de escavação, em particular os objetos metálicos, constituem frequentemente o objeto de estudo tipológico em escala regional ou nacional, como a série dos “Prähistorische Bronzefunde”. Trata-se de coleções úteis para precisar alguns aspectos das características arqueológicas locais e para identificar áreas de circulação inter-regionais, que possuem, porém, o defeito de utilizar os materiais quase exclusivamente como indicadores cronológicos.

⁵ No original, *ricognizione*: prospecção ou *survey*.

Existem ainda alguns trabalhos de levantamento arqueológico-monumental em escala mais ou menos ampla, como a *Carta Archeologica d'Italia*, a *Forma Italiae* e, para o território de Roma, a *Carta dell'Agro*. Em geral, a presença de sítios pré-históricos e proto-históricos, que não constituem o objeto específico da pesquisa, é assinalada nesses mapas de modo não sistemático (somente no caso de Roma os resultados do levantamento sistemático das presenças pré-históricas e proto-históricas foram colocados na *Carta dell'Agro*). Seja como for, esses trabalhos basearam-se principalmente ou exclusivamente em critérios topográficos (que incluem também dados de toponomástica antiga e medieval) e tipológicos; os limites da documentação, no que diz respeito em particular à proto-história, derivam da abordagem diacrônica de longa duração e da ilustração dos sítios, que compreende essencialmente a localização e, em alguns casos, fotografias ou desenhos de uma pequena parte dos materiais.

Quanto aos dados de caráter geográfico-ambiental e naturalístico, existe para todo o território italiano uma série consistente de cobertura de boa qualidade técnica, geralmente sem finalidade arqueológica: a *Carta Geologica*, as fotografias aéreas e os 25.000 mapas do *Istituto Geografico Militare*, a *Carta dei Suoli* publicada pelo *Consiglio Nazionale delle Ricerche*, as Cartas Náuticas que ilustram detalhadamente as costas e as ilhas, os volumes sobre a Itália física, a flora, a fauna e a paisagem, publicados pelo Touring Club Italiano na série “*Conosci l'Italia*”.

Há alguns anos, entraram em uso também instrumentos de conhecimento do território mais modernos, como as fotografias de satélite.

A documentação mais atual, ainda do ponto de vista das técnicas utilizadas, existe hoje no nível local: mapas aereofotogramáticos, coberturas fotográficas aéreas e via satélite, mapas pedológicos, mapas técnicos relativos à morfologia, hidrologia, flora, fauna e recursos naturais foram produzidos e utilizados pelas Regiões, Províncias e Municípios italianos. Em linhas gerais, esses instrumentos, teoricamente acessíveis, não são utilizados sistematicamente para a pesquisa arqueológica por causa da falta de acordos institucionais para a circulação da documentação entre superintendências, universidades e entidades locais.

Uma outra categoria de documentos disponível para a pesquisa proto-histórica é constituída pelos dados de arquivo e da cartografia antiga, com elementos de toponomástica, rede viária e história da paisagem relativos a períodos anteriores à revolução industrial, genericamente confrontáveis com a situação que é possível teorizar para a proto-história.

A partir dessa breve e incompleta resenha do patrimônio de recursos dos quais a pesquisa sobre a proto-história (e a pesquisa arqueológica em geral) poderia teoricamente servir-se, resulta, sobretudo, evidente a dificuldade de organizar os dados em um corpo homogêneo. O obstáculo principal é a dificuldade material de reunir elementos dispersos fisicamente, à qual se junta o problema de integrar em um projeto de pesquisa específico materiais de origem heterogênea.

O resultado é que frequentemente as novas pesquisas caem no vazio, ou, na maior parte dos casos, o levantamento dos dados e dos materiais existentes constitui uma empresa a repetir toda vez, e de qualquer modo muito complexa para que seja possível desfrutar de modo eficiente dos recursos disponíveis. A solução, já adotada há tempo em outros países, é a compilação sistemática de toda a documentação em um banco de dados aberto aos pesquisadores, um sistema que permite não somente colocar a nova pesquisa em um contexto sistemático de conhecimento histórico-arqueológico e ambiental, como também modelar o projeto de pesquisa em relação com o estado efetivo da documentação e dos problemas científicos abertos.

Na Itália, as superintendências arqueológicas deveriam ser, por vocação natural, as estruturas territoriais aptas a desenvolver essa função de compilação dos dados existentes e de levantamento sistemático em escala regional. Se uma parte consistente dos recursos fosse destinada a um programa de reconstrução do ambiente e da distribuição das ocupações da proto-história à idade histórica, em poucos anos seria possível adquirir um conhecimento preliminar, mas completo da

história do território, que possibilitaria reduzir ao mínimo as intervenções de emergência, concentrando a atividade das superintendências e dos outros institutos empenhados na pesquisa arqueológica em escavações científicas programadas. Em algumas regiões, as superintendências, frequentemente em colaboração com universidades e entidades locais, começaram já há alguns anos a endereçar a própria atividade para projetos de análise territorial desse tipo, mesmo se ainda falta uma orientação programática nacional.

3.4

As fontes arqueológicas: a pesquisa de campo e a análise de escala regional

Apenas há algumas décadas este tipo de análise, em grande parte compartilhada pelos estudos de geografia antrópica, tem sido aplicado a projetos de pesquisa arqueológica, que se servem também de programas de informática como o *Geographic Information System* (GIS). Uma base de documentação em escala regional é, de qualquer forma, necessária também para pesquisas de âmbito mais limitado; em nenhum caso, de fato, o sítio arqueológico isolado constitui uma unidade autônoma do ponto de vista cultural, territorial e político. A pesquisa em escala regional tem precisamente a função de delimitar áreas culturais, territórios e limites dos diversos tipos de conjuntos dos quais os sítios arqueológicos individuais fazem parte, do ponto de vista da geomorfologia, da paisagem antiga, dos recursos, da distribuição e hierarquia das ocupações, das vias de comunicação.

3.4.1

A arqueologia da paisagem

O nível mais geral é a chamada arqueologia da paisagem, definida como “uma abordagem multidisciplinar ao estudo da paisagem e da sua evolução e da inter-relação entre o homem e o seu ambiente” (B.K. Roberts, 1987, p. 78; cf também Fowler, 1990).

Com um procedimento tipicamente arqueológico, a paisagem, aparentemente homogênea, é analisada como um palimpsesto (cf nota 2), identificando os restos da ocupação antrópica da pré-história aos nossos dias. O resultado da análise é a reconstrução da formação do palimpsesto, isto é, o levantamento dos elementos presentes na paisagem em cada um dos períodos identificados, como novas intervenções ou como traços permanentes de intervenções passadas.

Na Itália, não são frequentes pesquisas específicas de arqueologia da paisagem, mas algumas categorias de estruturas do período dos metais que constituem modificações permanentes da paisagem são bem conhecidas: as habitações fortificadas do Friuli e da Ligúria (*castellieri* e *castellari*), algumas habitações com diques da planície padana (do rio Pó), os nuragos⁶ e os monumentos megalíticos⁷ sardos, as tumbas megalíticas e com túmulos conhecidas em muitas regiões da Itália da Idade do Bronze inicial à Idade do Ferro.

Uma outra categoria importante de elementos que modificaram a paisagem desde a pré-história é constituída pelos percursos da transumância, ainda presentes em muitas zonas dos Apeninos, e por muitas estradas de período romano, ainda hoje quase todas utilizadas, que com toda a probabilidade recalavam parcialmente traçados mais antigos.

Uma pesquisa sistemática de arqueologia da paisagem levaria provavelmente ao reconhecimento de outras categorias de traços cujas origens remontam à idade dos metais, e poderia

⁶ *Nuraghi* são construções de pedra, típicas da Sardenha do período neolítico, com torres de forma cônica.

⁷ Megalitos são pedras de grandes proporções.

fornecer dados significativos para a definição diacrônica de áreas culturais e de limites territoriais e políticos.

3.4.2

O survey

A pesquisa arqueológica em escala regional, particularmente aquela sobre a pré-história recente, requer técnicas intensivas, em grau de desfrutar eficazmente, além dos elementos macroscópicos ainda reconhecíveis na paisagem, também os dados de superfície que não produzem modificações evidentes, e de descer sob a superfície servindo-se de técnicas estratigráficas próprias da arqueologia.

O levantamento de regiões inteiras ou de áreas morfológicamente homogêneas foi utilizado como técnica específica de pesquisa arqueológica a partir dos anos sessenta, e é atualmente usado sistematicamente, isoladamente ou em associação com escavações extensas e de longa duração (cf. Cardarelli, 1983; De Guio, 1985).

A área do levantamento pode ser definida com base em parâmetros diversos: pelo período que nos interessa, poderiam ser consideradas as indicações dos historiadores antigos sobre os limites territoriais de uma determinada população, a área de distribuição de uma característica (*facies*) arqueológica, uma região morfológicamente homogênea, como um vale fluvial ou uma planície. O uso da fotografia aérea é de importância fundamental em algumas zonas (por exemplo, na Idade do Bronze italiana, a planície padana⁸). Em áreas de colinas e acidentadas, como grande parte das regiões centrais e meridionais, as possibilidades de aplicação desta técnica são muito mais limitadas. Geralmente, a escolha surge baseada em uma combinação de parâmetros, que nas primeiras fases da pesquisa podem determinar mudanças na extensão da área a ser examinada. Técnicas de tratamento das imagens e o uso de fotografias de satélite podem fornecer informações importantes, no primeiro caso, sobretudo no nível de sítios isolados, no segundo, especialmente de grandes áreas, mas a fotografia aérea tradicional mantém-se, por enquanto, o instrumento mais eficaz e menos custoso de utilizar para as pesquisa extensivas no terreno.

A análise das fotografias aéreas e a aplicação de técnicas de tratamento de imagens servem também para a identificação de elementos de morfologia e da paisagem natural antigos: por exemplo, cursos d'água ou bacias hoje desaparecidas e variações no andamento de cursos d'água existentes.

A análise da geomorfologia e pedologia da área e dos processos de transformação que ela sofreu no tempo é uma operação preliminar que deve ser cumprida servindo-se de secções expostas, quadriculamento e pequenos ensaios de escavação.

A reconstrução da história pedológica do território é um instrumento essencial para a avaliação da probabilidade de sobrevivência dos sítios: de fato, a identificação das áreas interessadas por processos de erosão e de acúmulo em relação à morfologia permite calcular a relação entre a densidade de distribuição dos sítios observada no terreno e a densidade originária. Por exemplo, se os sítios de altitude são estáveis, enquanto aqueles de fundo de vales sofrem uma forte ação de acumulação, é provável que o número dos sítios de altitude observáveis seja relativamente próximo ao seu número original, enquanto uma parte consistente dos sítios de fundo de vale não será visível na superfície porque está coberta por depósitos sucessivos. O número observado de sítios dos dois tipos deverá ser, portanto, corrigido em relação à sua diferente situação morfológica. Um instrumento de avaliação deste tipo foi adotado no decorrer do levantamento sistemático do território

⁸ Padana, do Rio Pó, que percorre boa parte da região da Emília.

de Roma, e forneceu dados significativos sobre sítios da Idade do Bronze média ao norte e ao sul do Tibre (Bietti Sestieri, 1991-92, pp. 439-54).

É, da mesma forma, importante reconhecer as intervenções antrópicas, geralmente concentradas em períodos recentes ou contemporâneos, que modificaram a morfologia local determinando o revolvimento ou a completa destruição dos sítios.

Na economia que compreende a pesquisa, é indispensável prever um quadriculamento em profundidade, preferivelmente em correspondência com uma bacia lacustre, para a coleta dos dados sedimentológicos e polínicos⁹ e de materiais orgânicos utilizáveis para as datações. Desse modo, será possível reconstruir, baseado na evidência local, a cronologia absoluta e a história da vegetação e do clima da região.

Em um projeto normal de levantamento regional, com recursos e tempo limitados, frequentemente é necessário adotar uma estratégia de amostragem intensiva, que permita obter o resultado mais consistente com o mínimo emprego de recursos; o conhecimento localizado da história do território será, pois, utilizado para a escolha das áreas a serem exploradas; ou então a amostragem pode ser casual, por *transepts* que cortam a área em intervalos regulares ou por quadrículas de uma grade exploradas alternadamente.

Na hipótese que foi proposta acima, que prevê a adoção do *survey* como instrumento institucional, o levantamento sistemático deve prever a cobertura total do território, à qual podem ser adicionadas pesquisas intensivas em áreas limitadas.

O levantamento apóia-se, ao menos em situações relativamente favoráveis como a italiana, em bases cartográficas existentes. Os mapas IGM com escala 1/25.000 são reduzidos demais, e às vezes não suficientemente precisos, para oferecerem uma base satisfatória. Os mapas aerofotogramétricos, com escala de 1/10.000 utilizados por muitos municípios italianos, são mais adequados no que diz respeito seja à escala – que permite obter de modo compreensível a posição e a extensão dos sítios – seja à indicação dos elementos da paisagem e das curvas de nível. Uma outra operação necessária, que pode ser em parte cumprida com base em quadriculamentos para a análise pedológica e sedimentológica da superfície exposta e dos níveis sob ela, é a avaliação do estado de conservação do sítio (se se trata de um depósito intacto ou de materiais parcial ou completamente deslocados) e de sua extensão não visível em superfície. É necessário, de qualquer forma, ter presente que análises sumárias, como aquelas possíveis de executar no decorrer de um levantamento extensivo, podem conduzir dificilmente a certezas, e que a escavação permanece o único meio de controle relativamente seguro.

O levantamento e as análises do terreno deveriam também permitir a identificação de uma categoria de complexos arqueológicos que foi colocada em evidência recentemente: o, assim chamado, “não sítio”, isto é, um conjunto de materiais não muito consistente, provavelmente traços de atividades ocasionais.

No que diz respeito ao sistema de registro dos materiais, a classificação no terreno, sem coleta, deve ser completamente excluída porque não oferece garantias no que toca à exatidão da identificação, e deixa escassíssimas possibilidades de verificação posterior. O limite de muitos trabalhos de levantamento desenvolvidos no passado na Itália, que torna de fato inutilizável a maior parte dos resultados mesmo nos casos em que existe um acurado mapa de distribuição das presenças, consiste na definição genérica dos materiais e na ausência de ilustrações. Na medida em que nesse tipo de pesquisa as manufaturas constituem, no momento, o melhor indicador de *facies* arqueológicas e de cronologia relativa do qual dispomos, a falta de uma classificação acurada equivale à renúncia à leitura diacrônica da ocupação do território.

⁹ Polínicos: de pólen.

O procedimento mais vantajoso deveria compreender a coleta sistemática dos materiais por percentual – a classificação em laboratório e a ilustração, incluindo os dados quantitativos e o desenho dos elementos tipologicamente reconhecíveis.

O levantamento de nível “macro” que foi descrito brevemente, precedido do levantamento das pesquisas anteriores e executado com a integração de todas as competências especializadas necessárias, constitui, por si, uma pesquisa completa e que compromete extremamente em termos de tempo, de trabalho e de custos econômicos. Os resultados de um projeto desse tipo compreendem as linhas essenciais da história natural e antrópica do território, em particular, a reconstrução diacrônica da distribuição da ocupação em relação com a morfologia, os solos, os recursos e as vias de comunicação.

Este nível coincide em linha de máxima (mesmo se não é necessariamente idêntico) com o nível “institucional” de análise científica do território que foi indicado acima; em uma situação que tende a conduzir a condições melhores,¹⁰ ele deveria constituir a base de conhecimento necessário para a elaboração de projetos mais específicos de pesquisa no terreno.

Na realidade, a maior parte dos trabalhos de levantamento que são projetados e executados hoje se colocam em uma escala territorial menos ampla do que a regional, utilizando uma área limitada, escolhida prevalentemente com base na morfologia, como amostra representativa de um território mais amplo ou como caso específico de desenvolvimento local da ocupação e do estabelecimento.

Um tipo de levantamento intensivo, voltado a objetivos delimitados do ponto de vista espacial e cronológico (em escala denominada “semi-macro”), é executado como alternativa à escavação, ou como meio para a elaboração de projetos de escavação muito detalhados. Trata-se de trabalhos em sítios isolados, identificados com o levantamento de superfície e com as fotografias aéreas. É utilizada uma gama muito ampla de técnicas, não todas aplicáveis à pesquisa sobre a idade dos metais na Itália.

O uso da fotografia aérea é particularmente vantajoso na pesquisa de áreas habitadas que apresentam diques da Idade do Bronze da planície padana; no nível semi-macro, foi possível evidenciar seja o perímetro e uma parte das estruturas internas de alguns terramares,¹¹ seja o sistema hidrográfico local, estreitamente ligado aos diques e aos fossos que circundam as ocupações. As pesquisas recentes na planície padana sul-oriental estão reunidas no fascículo de 1989 da revista *Padusa*; a documentação mais completa, com a integração de fotos aéreas, análises geo-pedológicas e hidrológicas e escavação, é a do povoado de Santa Rosa de Poviglio (M. Bernabó Brea *et al.*, 1989). A pesquisa sobre as estruturas enterradas em áreas de habitação já completamente definidas utiliza também prospecções magnéticas e elétricas (Bruzzi *et al.*, 1989).

Na planície ao norte do Pó, o povoado, com dique, de Fabbrica dei Soci, com a rede hidrográfica circundante, foi analisado com uma combinação de análises geomorfológicas, baseadas no tratamento de imagens, análise estratigráfica e pedológica de secções expostas, coleta de superfície (Balista, De Guio, 1990-91).

O relevo das estruturas isoladas emergentes do povoado, adotado no caso de verdadeiros centros urbanos com estruturas monumentais, como Teotihuacan no México, não seria possível para a maior parte dos sítios italianos de idade proto-histórica, mesmo aqueles definidos como proto-urbanos. Na península, as técnicas para a construção de estruturas ao ar livre são ainda baseadas no uso da madeira e argila não cozida, assim, não passíveis de deixar traços arqueológicos reconhecíveis em superfície, até durante todo o período inicial da primeira Idade do ferro; as poucas

¹⁰ No italiano: *una situazione ottimale*. (N.T.)

¹¹ É o nome local para elevações de terra preta que caracterizam os sítios de um tipo de vilarejos da Idade do Bronze encontrados entre Bolonha e Parma, no vale do Rio Pó, no norte da Itália. O depósito representa o acúmulo de lixo de uma ocupação permanente durante um longo período.

exceções são, sobretudo, monumentos funerários, como dolmens e tumbas com túmulos; o método poderia ser utilizado para alguns complexos da Sicília e, sobretudo, da Sardenha, onde as bases ou toda a edificação das construções são de pedra.

Nas áreas de povoados postas à luz pela aradura e o trabalho de fresa dos terrenos, é possível implantar uma grade orientada e cotada de quadrículas (utilizável também para a escavação), executar na sua base o relevo de toda a área descoberta e dos restos de estruturas, e registrar a densidade relativa de distribuição dos materiais. Também neste caso a coleta dos materiais pode ser completa ou seletiva (por *transepts* ou por quadrículas a distâncias regulares, ou com distribuição casual); a coleta completa pode não ser praticável devido à quantidade dos materiais. O relevo e a coleta dos materiais devem ser acompanhados de quadriculamentos ou pequenas amostras de controle da estratigrafia e da pedologia da área, que permitem avaliar o estado de conservação do depósito e se a superfície exposta corresponde a um ou mais níveis de ocupação.

3.4.3

*O site catchment analysis*¹²

Esta técnica de prospecção, inventada por Higgs e Vita-Finzi (1972), leva em consideração a porção do território da qual uma ocupação isolada obtém os próprios recursos. A extensão desta área é proposta em relação às atividades de subsistência (isto é, à disponibilidade de terrenos adequados à agricultura e à criação), e não ao que diz respeito às matérias-primas para as produções artesanais, que podem ser distribuídas em um território muito vasto. Os fatores levados em consideração são, portanto, essencialmente a morfologia, mais ou menos acidentada, e as características dos solos em relação à tecnologia. A técnica consiste em traçar em torno do povoado um círculo que delimita a área de captação de recursos. O raio do círculo corresponde à distância a ser percorrida diariamente para a exploração do território (por exemplo, para o cultivo da terra ou o pasto dos animais) em um tempo tal que o gasto de energia resulte sustentável. As estimativas que foram propostas, baseadas frequentemente em observações etnográficas, chegam a um máximo de 10 km (correspondentes a cerca de duas horas de caminhada), mas o raio do círculo é, na maior parte dos casos, muito menor.

Trata-se certamente de uma medição abstrata, que na maior parte dos casos é executada mais no mapa do que no terreno, mas os seus resultados fornecem um ponto de referência útil para a avaliação das atividades de subsistência do sítio, da *carrying capacity* [capacidade de sustento] do território circundante e da potencialidade de desenvolvimento demográfico da comunidade correspondente.

3.5

As fontes arqueológicas: a escavação

A escavação é o instrumento mais eficaz (mesmo se, como vimos, não o único) para o conhecimento específico da estrutura e da organização de uma sociedade pré-histórica ou proto-histórica. As características próprias desta parte fundamental do trabalho arqueológico fazem dela também uma das atividades mais complexas, mais difíceis de gerir e mais custosas em termos de tempo e de recursos econômicos. Uma escavação que se proponha a atingir resultados significativos requer, de regra, um bom número de campanhas (na prática, uma duração total raramente inferior a dez anos) e uma organização eficiente, seja do trabalho no terreno, seja das fases sucessivas de elaboração dos dados e preparação da publicação. Além disso, falta ainda na arqueologia proto-histórica italiana um quadro referencial básico, aquele patrimônio de conhecimentos fundamentais

¹² *Site catchment analysis*. Análise de captação de recursos de sítios arqueológicos.

que nas ciências “duras” define o estado da disciplina e constitui um ponto de partida obrigatório para novos projetos de pesquisa.

Nesta seção, portanto, a escavação será tratada como projeto, com a finalidade de atingir o máximo dos resultados com a menor despesa possível, tendo presente de modo particular o estado dos conhecimentos e da pesquisa sobre a proto-história.

A escolha do objetivo de escavação é, em absoluto, crucial.

Duas operações necessárias consistem na verificação preliminar do estado de conservação do complexo e da sua extensão cronológica e estratigráfica. Se existe uma possibilidade de escolha, é obvio que não é oportuno dedicar tempo e recursos à escavação de um depósito¹³ gravemente danificado ou, então, se a escavação é destinada a esclarecer uma fase determinada do desenvolvimento cultural local, é preferível evitar escolher um complexo no qual os níveis correspondentes estejam enterrados sob um depósito estratigráfico consistente; o risco neste caso é que a escavação dos níveis mais recentes absorva inteiramente o tempo e os recursos disponíveis.

Na maior parte das regiões, os nossos conhecimentos são baseados em um bom número de pesquisas no terreno, que são, porém, insuficientes para fornecer dados úteis para uma reconstrução integral. A documentação compreende, na maior parte, um certo número de escavações de extensão notável realizadas entre a segunda metade do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX, baseadas em uma metodologia de escavação e uma documentação de boa qualidade, segundo os padrões da época, mas não mais adequadas a fornecer um quadro aceitável e completo da organização, da estrutura e das atividades das comunidades correspondentes. A estas se juntam muitas escavações mais recentes, na maior parte de extensão limitada. Somente a partir dos anos 1970, a pesquisa começou a orientar-se para alguns projetos interdisciplinares de longa duração, destinados a uma coleta de dados completa, a maior parte dos quais é, porém, ainda inédita, ou publicada parcialmente.

Neste quadro, a definição de um objetivo de escavação deveria orientar-se em primeiro lugar para setores cronológicos completamente descobertos ou documentados de modo insuficiente, de modo a adquirir para a região interessada pelo menos os elementos de base.

¹³ No original *giacimento*, termo que se aplica também a contextos geológicos.